

A ETNOCARTOGRAFIA COMO REFERÊNCIA PARA GESTÃO DA ÁGUA NO TERRITÓRIO INDÍGENA KAIMBÉ- BA

Lívia Moura da Silva ¹
Clelia Neri Côrtes ²

Resumo: *Este texto parte da consideração de que atualmente tem aumentado o interesse nos estudos acerca da importância do conhecimento tradicional a respeito da biodiversidade e, sobretudo, das formas de utilização e representação espacial da distribuição dos recursos naturais nos espaços em cada território. Visto que os etnoconhecimentos têm na oralidade a base dialógica das aprendizagens significativas, o registro espacial feito através dos etnomapas pode contribuir e reforçar aspectos das relações socioambientais e valorização da cultura local, por trabalhar com conhecimentos diversos acerca do território. Nesta perspectiva, o Etnomapeamento, com base em processos metodológicos de etnogeografia na perspectiva autoral, situado em pesquisa-ação-formativa de base multirreferencial, interdisciplinar e intercultural, foi sendo efetivado com vários membros, mestres especialistas e desenhistas Kaimbé. As oficinas de construção dos etnomapas e sua finalização, que se pautam em um processo participativo direto, como princípio e estratégia, vêm sendo um dos referenciais no processo diagnóstico para elaboração de um programa de gestão integrada da água no território indígena.*

Palavras-chave: Etnocartografia; Conhecimento tradicional; Gestão da água

INTRODUÇÃO

As representações gráficas das atividades humanas são tão antigas quanto a própria humanidade. Os grupos humanos envolvidos em situações socioculturais, em distintos pontos do planeta vêm, há muito tempo, observando a natureza, interagindo e produzindo etnoconhecimentos, ações e representando o espaço vivido ou imaginário através de mapas. A origem do uso dos mapas não é algo novo e entre os povos indígenas situam-se no âmbito de sistemas gráficos que se valem de representações em variados suportes. Tendo como princípio o conhecimento que possuem acerca do espaço-tempo e as diversas formas de representações, entre os temas grafados nesses suportes se evidenciam a biodiversidade, suas dimensões simbólicas e o uso dos recursos naturais.

As sociedades tradicionais, entre as quais os povos indígenas, apresentam um sistema de usos múltiplos dos ecossistemas. É visto em diversos estudos a ocorrência de sobreposição entre áreas com alta diversidade biológica em territórios indígenas assim como em outras sociedades tradicionais remanescentes de quilombos, pescadores artesanais etc. (BANDEIRA, 2002).

Desta forma, verifica-se a importância do conhecimento tradicional acerca da biodiversidade, das formas de utilização dos recursos naturais, sobretudo a representação espacial da distribuição destes recursos no espaço territorial. Este processo de registro espacial é conhecido como etnomapeamento e etnocartografia. Este último vem sendo assim chamado devido ao grau de detalhamento das representações espaciais nele contidas. Tais processos têm

¹ Geógrafa, pós-graduanda em Modelagem em Ciência da Terra e do Ambiente pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS e pesquisadora colaboradora do Núcleo Irai de Desenvolvimento Sustentável- UEFS- Universidade Estadual de Feira de Santana- Ba.

² Doutora em Educação pela FACED/UFBA e Professora da Universidade Católica do Salvador - UCSal.

despertado interesse, visto que possibilitam novas formas de sistematização da relação espaço-tempo.

Situado no contexto destas ponderações foi construída a proposta de etnomapeamento, inserido em uma pesquisa-ação-formativa com os índios Kaimbé, parte de um projeto mais amplo, intitulado: “Estudo para o planejamento integrado do uso e conservação dos recursos hídricos da Bacia do Rio Itapicuru –Bahia”. Este estudo envolve equipes interdisciplinares, compostas por engenheiros, agrônomos, sociólogos, psicólogos, administradores públicos e educadores, das Universidades Católica de Salvador-UCSal, e Federal da Bahia-UFBA e Federal do Recôncavo- UFRB, com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrônômica – EMBRAPA.

O Etnomapeamento, foi realizado tomando-se como base os processos metodológicos de etnogeografia na perspectiva autoral, efetivado de forma multirreferencial, interdisciplinar e intercultural com mestres especialistas Kaimbé. Buscou-se trabalhar através do vivido e concebido, a partir das diversas aprendizagens nos diversos espaços ecossocioculturais. Desta maneira, a memória e técnicas originárias de variados espaços socioculturais, tradicionais (não-escolares) e escolares, vão sendo evidenciadas nos traços dos estudantes, professores, agentes de saúde e outros membros da comunidade, ressaltando as imagens a partir das narrativas dos mestres especialistas Kaimbé. Isso ocorre no próprio momento da oficina específica e através dos diálogos, registros das entrevistas, conversas informais e atualização de informações sócio-antropológicas do povo Kaimbé no seu território, registrados no percurso da pesquisa mais ampla.

Neste sentido, pondera-se que indígenas e não-índios pertencem a uma única e mesma humanidade, todavia se iguais como seres humanos se diferenciam pelo modo como constroem a maneira de estar no mundo (SILVA, 1995). Portanto, com identidades, concepções, saberes/práticas mantidas e ressignificadas nos diversos momentos e espaços, os grupos humanos situam-se nas relações sociambientais.

O território para os Kaimbé, como para outros povos indígenas, faz parte de sua história, onde estão suas referências culturais, suas simbologias e enterrados seus mortos, bem como a biodiversidade, seus recursos naturais e população humana que nele vive. (CORTES, 2001).

Com isso, etnomapeamento pode vir a contribuir na gestão do território, com os registros espaciais em territórios indígenas a partir dos saberes tradicionais e com autoria dos participantes do processo etnocartográfico, sobretudo pelo fato das oficinas de construção do mesmo se constituir desde as histórias contadas pelos mestres da comunidade como subsídios à elaboração dos etnomapas através de desenhos, até a utilização dos registros fotográficos.

Visto que os etnoconhecimentos têm na oralidade a base dialógica das aprendizagens significativas, o registro espacial feito através dos etnomapas pode contribuir e reforçar aspectos das relações socioambientais e valorização da cultura local, por trabalhar com conhecimentos diversos acerca do território.

Portanto, o etnomapeamento é importante na representação da identidade territorial que cada povo indígena possui, e seu processo de construção e produto daí resultante se constitui em referencial para processos pedagógicos nos espaços escolares e não-escolares, em uma perspectiva específica e intercultural. Além disto, pode subsidiar a dinâmica de elaboração e controle social de política pública, gestão comunitária da água e sustentabilidade territorial.

ASPECTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS DO ETNOMAPEAMENTO

Como em todas as fases da pesquisa-ação-formativa, os conhecimentos gerados nos diversos espaços de aprendizagem (acadêmicos e não acadêmicos) foram imprescindíveis. O

tema água, em seus diversos aspectos, reúne conhecimentos específicos e experiências interculturais bastante significativas na relação universidade e sociedade. Desta maneira, o etnomapeamento foi pautado na abordagem da multirreferencialidade e da metodologia qualitativa orientando os processos co-autorais para o diagnóstico e prognóstico de um programa de gestão do uso, conservação e defesa da água como recurso hídrico e bem simbólico.

Para isto, pautou-se na participação direta, como princípio e estratégia na qual o povo Kaimbé e suas comunidades podem construir e efetivar a gestão integrada de seus territórios em parceria com órgãos públicos. E, neste sentido, também podem demandar das instituições de pesquisa estudos co-autorais que visem subsidiá-los neste processo.

Nesta linha, as oficinas para produção dos etnomapas têm como argumento inicial os temas geradores identificados durante a socialização dos resultados preliminares da pesquisa na sua fase de finalização do processo diagnóstico e prognóstico participativo para elaboração e controle social de políticas públicas e gestão comunitária de uso, preservação, defesa da água e sustentabilidade ecossociocultural no território indígena Kaimbé, município de Euclides da Cunha, na região semi-árida da Bacia do rio Itapicuru.

O trabalho foi fundamentado na participação significativa, dos especialistas e de outros membros da comunidade, na pesquisa-ação-formativa em uma perspectiva histórica, socioantropológica e pedagógica, onde se evidenciavam as histórias da retomada, da demarcação e ocupação do território, a descrição da biodiversidade, degradação ambiental, tanto através da oralidade, como de traçados de corpos d'água com destaque para o rio da Ilha, considerado pelos Kaimbé o coração do território.

Ainda na fase inicial da pesquisa, em 2005, a representação do curso deste rio, elaborada por um dos mestres Kaimbé, foi ampliada e utilizada como referência para a equipe intercultural de pesquisa e para professores Kaimbé. Esta versão etnocartografia do rio da Ilha fez com que este fosse o primeiro corpo d'água a ser georreferenciado pela equipe dos estudos hidrológicos. Este trabalho, que também teve a participação da equipe intercultural de pesquisadores de diversos níveis e mestres do território, foi apresentado na escola.

Por solicitação de uma professora Kaimbé, a primeira versão da etnocartografia do rio da Ilha, também denominado rio da Cachoeira, foi ampliada e orientou a aula-passeio realizada pelas professoras com estudantes da quarta e quinta série do ensino fundamental. Com a orientação de que os estudantes observassem o rio em seus múltiplos aspectos, após pesquisa com os mestres locais, esta atividade, documentada através de registros fotográficos pelas professoras, também subsidiou uma outra versão etnocartográfica de autoria coletiva dos estudantes, ao retornar à sala de aula. Um painel deste trabalho foi exposto na escola e apresentado pelas professoras Kaimbé no Fórum de Educação Indígena, na reunião ampliada em Ribeira do Pombal, setembro de 2005.

Neste contexto, na última fase dos trabalhos de campo da pesquisa, a estratégia metodológica das oficinas do etnomapeamento dialoga com a pesquisa iniciada em 2004, baseada, essencialmente, no caráter participativo, que se evidencia pela importância dos saberes tradicionais sobre a natureza e as relações ecossocioculturais como imprescindível na elaboração dos etnomapas. Para isso, foram utilizadas as anotações das histórias, mitos e versos, depoimentos, fotos, mapas, assim como a prática na representação dos desenhos.

A metodologia de trabalho considera, especialmente, a dinâmica da comunidade, o interesse e disponibilidade da mesma para a realização das atividades, quando seus procedimentos são flexibilizados a partir da resposta local. Seu cronograma de atividades é construído junto com a comunidade que está participando das oficinas e do processo de construção.

PROCEDIMENTOS E O PROCESSO DA ETNOCARTOGRAFIA KAIMBÉ

Na etnografica, entre os procedimentos, as conversas informais, em diversos espaços, com mestres locais, há especial destaque para histórias dos lugares contadas pelos participantes, que são gravadas e registradas. Paralelo a isto, os diálogos iniciais com os professores, estudantes, liderança são imprescindíveis, inclusive para identificação dos mestres locais e de possíveis desenhistas.

No caso Kaimbé estes registros, as análises dos relatórios de campo e depoimentos transcritos, entre 2004 e 2007, discutidos e detalhados em um encontro específico, identificaram os possíveis temas geradores das representações. Tendo como objetivo a organização dos etnomapas e domínio da cartografia não-indígena, nos encontros as narrativas deixam as marcas dos mapas orais dos aspectos físicos e simbólicos da composição territorial. O levantamento dos etnoconhecimentos iam configurando o espaço geográfico presente na memória do povo Kaimbé, com os corpos d'água, os lugares sagrados, áreas e tipos de plantio, água e seus múltiplos usos, saberes e práticas.

Os mapas orais e mentais, assim como os desenhos livres sobre o que foi narrado ao entrelaçar água e território, possibilitavam a sistematização dos conhecimentos tradicionais, representados na identificação dos elementos da cartografia pelos estudantes de diversos níveis, professores, agentes de saúde e outros membros da etnia Kaimbé. Neste momento, também estavam os mais velhos, denominados de mestres, e lideranças, revendo e complementando, sistematicamente, os mapas e os textos.

Traduzir esses conhecimentos tradicionais com os autores Kaimbé, sob a forma de representação cartográfica, foi um momento precioso da construção dos mapas. Aqui se estruturavam os diálogos e definições de elaboração das convenções da linguagem cartográfica. Trabalhou-se os títulos, as legendas e as escalas orientadas pelas representações das imagens. Neste momento, já não se fala mais em desenho, mas em mapa, os conceitos de legenda e de escala fazem a diferença. Deste modo, a produção etnografica teve a participação dos pesquisadores locais, professores, estudantes e outros membros da comunidade, que junto com os mestres especialistas, opinavam dando sugestões complementares que motivavam o aprimoramento dos etnomapas.

Um outro momento das oficinas foi apresentar, analisar e discutir a cartografia não-indígena e a história dos mapas, como eram feitos antigamente e como são construídos hoje. Salientou-se a linguagem dos mapas, seus títulos, legendas, escalas, orientação, o que se pode representar, inclusive, os vários tipos e possibilidades de mapas temáticos. Neste sentido, foram apresentados e analisados mapas da geografia convencional elaborados pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e por outras instituições. Iniciando pelo mapa da Terra Indígena Kaimbé, e, em seguida, mapas da Bahia, do Nordeste, do Brasil e do mundo.

O processo etnografico de autoria dos participantes facilitou a discussão contrastiva entre as duas cartografias, tanto a elaborada pelos Kaimbé, a partir dos mapas orais e mentais, quanto a não-indígena. O objetivo desta discussão pautava-se pela explicação interpretativa de que essas cartografias são, ao mesmo tempo, com variadas ilustrações, iguais e diferentes. Uma dinâmica pedagógica que facilitou a compreensão da cartografia não-indígena, uma vez que a linguagem já havia sido decodificada na etapa anterior.

A escolha dos etnomapas temáticos, tendo como eixo a água, levou os participantes a elaborarem uma outra versão dos etnomapas, agora tendo como base cartográfica os mapas construídos pela FUNAI, após o processo demarcatório, e retirada de não-índios que ocupavam

seu território até 1998. A disposição e algumas informações, contidas na cartografia oficial, foram questionadas pelos participantes da pesquisa. Eles/elas consideravam que a disposição do mapa convencional não estava de acordo com o que imaginavam, vivenciavam e representavam. Pontuavam que a localização de cada comunidade, dentro do território, era aquela por eles/as representadas e não a sinalizada no mapa não-indígena. Durante os debates foi acentuado que as representações cartográficas, indígenas e não-indígenas, se movem pela forma de ser e estar no mundo de cada grupo etnocultural e que os mapas não-índios têm como ponto referencial de sua construção o norte. Cada povo tem uma maneira de relacionar-se, usar e conservar sua terra; e tem uma maneira de representá-la. Esta dinâmica é alimentada por um diálogo de saberes, feito em aulas práticas.

Torna-se significativo salientar que, situado na perspectiva dialógica intercultural, o processo de bricolagem das duas formas de representação resultou na montagem, leitura e análise dos mapas temáticos, tendo como uma das bases imagens de satélite. Os mapas construídos foram analisados com a participação dos mais velhos, das lideranças, dos professores e alunos, voltando para uma nova rodada de consolidação e finalização do trabalho.

Após sucessivas análises do conjunto de etnomapas, os participantes da oficina decidiram quais etnomapas temáticos irão compor o Atlas. Além disto, os etnomapas, acompanhados dos mapas resultantes da pesquisa de infra-estrutura, hidrologia, solo, vegetação, usando a base cartográfica da FUNAI e IBGE comporão um painel, com texto, que será publicado no relatório final da pesquisa-ação-formativa.

Finalmente, observa-se que a etnocartografia passa a ser um dos referenciais da gestão do território, uma vez que possibilita compreender as relações da população com o meio em que vive. Sobretudo, porque seu processo de construção é participativo, diferente da representação cartográfica convencional. Desta forma, pode-se destacar a importância dos conhecimentos tradicionais acerca da natureza e a complexidade destas relações, visto que a participação destas populações na tomada de decisão quanto ao manejo dos recursos naturais em seus territórios é imprescindível. Sendo assim, os etnomapas e etnocartografia vêm adquirindo maior relevância nos estudos diagnósticos e prognósticos em diversas áreas, por evidenciar uma nova relação entre o etnoconhecimento e a cartografia. Isso possibilita representar o espaço territorial de forma multidimensional, o que pode vir a contribuir de forma significativa com a proposta de desenvolvimento sustentável nos territórios.

REFERÊNCIAS

CÔRTEZ, Clelia Néri. **Educação diferenciada e formação de professores/as indígenas: diálogos intra e interculturais**. 2001, Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BANDEIRA, Fabio.. **Diagnóstico Etnoambiental Pankararé**. Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS, 2002.

SILVA, Aracy Lopes da. **Mito, razão, história e sociedade: inter-relações nos universos sócio-culturais indígenas**. In: SILVA, Aracy L. da. ; GRUPIONI, Luís Donisete B. (Org.). *A temática indígena na escola; novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SHEIL D. et al **Explorando la biodiversidad, el medio ambiente y las perspectivas de las pobladores en áreas boscosas. Métodos para valoración multidisciplinaria del paisaje**.2004. Toledo, V.M. **El Dilema del Zapatismo: ¿Izquierdismo o sustentabilidad?** 2006.